



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI nº 34 / 2020

"DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS QUE DESCARTEM LIXO DE FORMA IRREGULAR NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara municipal de Campo Largo, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a cassar o alvará de funcionamento de empresas de entulho e derivados, que sejam flagrados descartando, resíduos sólidos ou químicos em vias públicas ou lugares não autorizados pela prefeitura de Campo Largo.

Parágrafo único – Aplica-se o disposto neste artigo somente àquelas empresas flagradas de alguma forma realizando o descarte indevido ou lançamento em rodovias, avenidas, ruas, vielas, praças, parques, terrenos, outras áreas protegidas e demais logradouros públicos.

Art. 2º Após o flagrante, as empresas sofrerão multa no valor de 100% dos custos que a prefeitura tem para retirada dos resíduos descartados.

Art. 3º As empresas flagradas efetuando o descarte irregular terão seu alvará suspenso por 180 dias (corridos), passível de recurso administrativo.

Art. 4º As empresas reincidentes deste ato de descarte irregular, terão seu alvará imediatamente cassados, sem direito a interpor recurso administrativo.



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

Art. 5º Os sócios de tais empresas flagradas efetuando os descartes de forma irregular e tiverem seu alvará cassado, não poderão abrir empresas futuras com o mesmo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM).

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação.


João Carlos Ferreira

Vereador

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo

890/20
18

27/04/20



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o intuito de endurecer cada vez mais e evitar práticas ilícitas das empresas de descarte de resíduos, que tem sido flagradas e já denunciadas pela população descartando lixo nas ruas e vielas ou avenidas, vendo essa necessidade de preservação ao meio ambiente, proponho a presente lei.

Contudo, as empresas privadas de entulho que são contratadas pelos municípios para retirar o entulho de suas casas, muitas vezes fazem esse descarte indevido e irregular, sendo assim provocando prejuízo ao município à Prefeitura e ao maior ambiente.

Sem dizer que essas empresas de entulho, estão cometendo crimes ambientais, isso é delito. A legislação diz que qualquer tipo de ação que polua e resulte em danos à saúde humana, morte de animais ou destruição de floresta é crime. A emissão de gases tóxicos também é ilegal, a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, quem descumpra a legislação está sujeito às sanções penais e administrativas previstas na Lei 9.605/1998, que trata de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. As sanções vão desde prestação de serviços à comunidade e multa até reclusão de quatro anos, no caso do crime de poluição que resulte em danos à saúde humana, por exemplo.

Diante do exposto, peço aos nobres pares que apreciem e aprovem este importante projeto de lei.


João Carlos Ferreira

Vereador



Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo